VARELIO MIGUEL APELANTE: ZILDA MARIA VARELIO ADVOGADO: NELIO JOSÉ BARQUET OAB/RJ-030485 APELANTE: FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S A ADVOGADO: DANIEL AUGUSTO DE MORAIS URBANO OAB/MG-071886 ADVOGADO: RODRIGO RIGHI CAPANEMA DE ALMEIDA OAB/MG-087830 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. LINDOLPHO MORAIS MARINHO** Ementa: AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO. MORTE EM RAZÃO DE ATROPELAMENTO POR COMPOSIÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ E DOS AUTORES. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DOS GRAVAMES APONTADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. No sistema do Código de Processo Civil, são os embargos de declaração, especificamente, destinados a veicular um pedido de reparação de gravame, resultante de obscuridade, contradição, omissão ou por erro material manifesto. Embargos da parte ré, FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A, nos quais não se evidenciam quaisquer dos gravames do artigo 1.022, do CPC/2015. Embargos da parte autora, a que se dá provimento para corrigir o erro material constante no que se refere ao termo inicial para a incidência dos juros de mora que deve ser o evento danoso, o que não gerou qualquer modificação no julgado. Prequestionamento que não se conhece, uma vez que não houve qualquer tipo de violação à norma constitucional ou infraconstitucional. Conclusões: Por unanimidade, deu-se parcial provimento ao recurso da parte autora e negou-se provimento ao da ré.

073. APELAÇÃO 0021456-44.2013.8.19.0002 Assunto: Planos de Saúde / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: NITEROI 3 VARA CIVEL Ação: 0021456-44.2013.8.19.0002 Protocolo: 3204/2018.00422157 - APELANTE: GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE ADVOGADO: NELSON WILIAN F. RODRIGUES OAB/SP-128341 APELADO: GENI DE ARAUJO EUPHRASIO ADVOGADO: RODRIGO ARAÚJO LOPES MARTINS OAB/RJ-143530 **Relator: DES. CARLOS JOSE MARTINS GOMES** Ementa: Apelação Cível. Ação de cobrança. Pleito de reembolso da quantia paga pela autora para realização de cirurgia de emergência, relativa ao cirurgião e a título de anestesia, não autorizada pela operadora de saúde. Comprovação, por documento e por laudo pericial, da premente necessidade da cirurgia, sob pena de risco de morte da autora. Hipótese em que a demora na autorização pode trazer risco à vida. Caracterizada a negativa ou, ao menos, a demora em autorizar a cirurgia, cabível o ressarcimento do que foi gasto pela paciente, nos termos do inciso VI, do art. 12, da Lei nº 9.656/98. Sentença vergastada que não condenou a parte ré a devolver o valor integralmente pago pela autora, deixando claro que se deve observar a tabela contratualmente prevista para tal fim. Dano moral que restou configurado pelo abalo psicológico e emocional sofrido pela autora pela recusa indevida em autorizar o procedimento cirúrgico, como consta do Verbete nº 339, da Súmula desta Corte. A sentença vergastada estabeleceu a indenização em danos morais no valor de R\$ 5.000.00 (cinco mil reais). Tal quantia está de acordo com o caso em concreto e atende aos ditames dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não merecendo redução, nos termos do Verbete nº 343 da Súmula deste E. Tribunal de Justiça. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, a condenação em honorários advocatícios deve ser majorada ao se julgar o recurso, porém, há que se respeitar o limite legal de 10% a 20%. Deixo de fixar o aumento em questão, considerando os termos da sentença que já fixou a condenação no máximo legalmente previsto. Recurso a que se nega provimento, mantendo a sentença tal como lançada. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão.

074. APELAÇÃO 0021816-66.2015.8.19.0209 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: 0021816-66.2015.8.19.0209 Protocolo: 3204/2018.00326203 - APELANTE: C CONTEMPORANEO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA APELANTE: CONSTRUTORA CALPER LTDA ADVOGADO: FREDERICO PRICE GRECHI OAB/RJ-097685 ADVOGADO: MARCOS DIAZ JUNIOR OAB/RJ-163281 APELADO: GLAUCIO DE ALMEIDA AMADOR ADVOGADO: ALINE DE LIMA GAVAZZA DE ALMEIDA OAB/RJ-181168 ADVOGADO: GREICE CARDOSO DE MENDONÇA OAB/RJ-202722 **Relator: DES. LINDOLPHO MORAIS MARINHO** Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL C/C INDENIZATÓRIA E DEVOLUÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS. CONSTRUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. NÃO APLICAÇÃO DO CDC. LEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESISTÊNCIA PELO PROMITENTE COMPRADOR. POSSIBILIDADE DE RESCISÃO UNILATERAL. PRECEDENTES DO STJ. RETENÇÃO DE 10% DO VALOR PAGO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Ação objetivando a rescisão do contrato e devolução integral dos valores pagos. A relação jurídica, na espécie, é regida pela Lei de Condomínio e Incorporações Imobiliárias (Lei nº 4.591/64). Construção por gestão ou administração. O apelado pretende o distrato por discordar dos realinhamentos ou reajustes no valor das prestações. Caráter irrevogável da avença firmada entre as partes. O entendimento firmado no âmbito da Segunda Seção do STJ é no sentido de ser possível a resolução do compromisso de compra e venda, por parte do promissário comprador, quando se lhe afigurar economicamente insuportável o adimplemento contratual. A rescisão do contrato se deu por culpa do promitente comprador, sendo devida, portanto, a retenção pelas rés de parte dos valores pagos. O autor tinha ciência e concordou com o pagamento do valor referente à comissão de corretagem, conforme comprovado pelo documento do arquivo 43, que confirma o pagamento pelos "serviços prestados na intermediação da venda da unidade". Percentual de 10% retenção dos valores pagos pelo promitente comprador, que se revela razoável. Recurso parcialmente provido para afastar a condenação das rés à devolução da comissão de corretagem, sendo que a devolução dos valores pagos pelo autor, mensalidades e intermediárias, devidamente comprovadas, será de 90%, e não integral, podendo as rés reterem o percentual de 10%. Conclusões: Por unanimidade de votos, reformou-se em parte a sentença / decisão.

075. APELAÇÃO 0021819-69.2011.8.19.0206 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: SANTA CRUZ REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: 0021819-69.2011.8.19.0206 Protocolo: 3204/2018.00159451 - APELANTE: FEDERAL SEGUROS S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL ADVOGADO: SIBELE SENA CAMPELO OAB/RJ-065112 ADVOGADO: LUIZ EDUARDO FIDALGO OAB/RJ-064806 APELADO: VANESSA COSTA MATOS DA SILVA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 **Relator: DES. LINDOLPHO MORAIS MARINHO** Funciona: Defensoria Pública Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. SEGURO DE VIDA. SINISTRO. NEGATIVA DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO. DESMONSTRADA RELAÇÃO CONTRATUAL. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. EXCLUSÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DA FLUÊNCIA DOS JUROS. IMPOSSIBILIDADE. PROCESSO NÃO SE ENCONTRA EM FASE DE LIQUIDAÇÃO OU CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INEXISTÊNCIA DOS GRAVAMES APONTADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. No sistema do Código de Processo Civil, são os embargos de declaração, especificamente, destinados a veicular um pedido de reparação de gravame, resultante de obscuridade, contradição, omissão ou por erro material manifesto. Não se evidenciam quaisquer dos gravames do artigo 1.022, do CPC/2015. Embargos conhecidos e não providos. Conclusões: Por unanimidade, rejeitaram-se os embargos.

076. APELAÇÃO 0022269-09.2016.8.19.0021 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: DUQUE DE CAXIAS 5 VARA DE FAMÍLIA Ação: 0022269-09.2016.8.19.0021 Protocolo: 3204/2018.00390462 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: VITOR HUGO MOURA DE ALCANTARA OAB/RJ-150722 APELADO: SIGILOSO APELADO: SIGILOSO ADVOGADO: VINICIUS SANTIAGO RIBEIRO OAB/RJ-140302 **Relator: DES. CARLOS JOSE MARTINS GOMES** Funciona: Ministério Público Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA